



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA ATA 02 DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017**

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, a Comissão de Apoio, juntamente com o Sr. Pregoeiro, Ronerson Bueno, reuniram-se para o ato de análise e julgamento da impugnação interposta pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ 14.707.364/0001-10, JMALUCCELLI EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ 95.424.321/0004-72 e PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., CNPJ 76.527.951/0001-85, contra o edital **Pregão Presencial nº 14/2017**, referente a aquisição de Motoniveladora e Rolo Compressor 0km. As impugnações foram apresentadas tempestivamente, nos dias 10/03/17 e 15/03/17, respectivamente, e, em apertada síntese, apresentam e requerem:

Quanto a empresa XCMG:

Alega que a Administração furtou o caráter competitivo do certame ao estabelecer Rolo Compactador com características semelhantes aos modelos CP54B e ASC11D das marcas Caterpillar e Ammann, em detrimento aos preceitos da legislação de regência. Questiona o ângulo de direção ou articulação de 34° e a amplitude de vibração nominal alta de 1,7mm e baixa de 0,8mm, achando-as desnecessárias. Alega que os modelos CP54B e ASC11D da marca Ammann possuem idênticas especificações exigidas no edital, o que determinaria provável vencedor, em detrimento aos preceitos da legislação de regência. Por fim, requer que seja recebida e reformulado o edital.

Quanto a empresa JMALUCELLI:

Alega que possui Motoniveladora da marca CASE, modelo 845B que atende ao edital, exceto quanto: 1- número de Marchas (8-4 frente e ré) e que apenas duas marcas Komatsu e Caterpillar possuiriam, contrariando o princípio da proposta mais vantajosa, sendo que sua máquina possui (6-3 frente e ré). 2 - Velocidade de marcha ré para atingir no mínimo 35km/h onde não se vislumbra a necessidade da exigência e que seu equipamento desenvolve 28,6km/h. 3 - Comprimento (9.390mm) enquanto seu equipamento mede (8.534mm). Requer a análise dos pontos para excluir e/ou alterar.

Quanto a empresa PARANÁ:

Solicita a dispensa ou adequação dos critérios adotados quanto ao item 4.3, qualificação econômico-financeira. Alega que os mesmos devem ser fundamentados. Alega que os índices não podem malferir o caráter competitivo do certame. Alega que o edital condiciona o pagamento do bem a entrega, sem riscos a Administração. Alega que a lei faculta a Administração dispensar a apresentação da documentação descrita nos artigos 28 a 31 nos casos de convite, concurso,





fornecimento de bens de pronta entrega. Pugna-se para que o edital seja alterado para incluir a hipótese de capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias ao invés de balanço. Por fim requer o reconhecimento da impugnação.

A Comissão à vista dos autos passa a tecer as seguintes considerações:

- 1 – Preliminarmente para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;
- 2 - Faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento dos produtos;
- 3 – A Comissão, após análise minuciosa da impugnação, verificou que as duas primeiras impugnações são exclusivamente de descrição de objeto, responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, e a última de condição de habilitação, responsabilidade do setor de licitações. Desta forma solicitamos o auxílio da Secretaria para complementação da resposta aos questionamento. Após as análises, de posse da resposta da Secretaria responsável, através do **memorando 47/2017 (anexo)**, a Comissão passa a tecer as seguintes considerações abaixo. Entendemos que as impugnações estão equivocadas, não merecendo prosperar, pelos seguintes motivos:

Com a devida vênia as duas empresas (XCMG e JMALUCELLI), a Administração tem o dever de caracterizar bem o seu objeto e solicitar características mínimas para que seja adquirido um produto correto e qualificado, óbvio sem restringir, o que é o caso, já que muitas vezes o menor preço não é garantia de qualidade. Neste sentido segue um julgado do TCU:

“O gestor, ao classificar bens e serviços como comuns, deve se certificar de que a **descrição do objeto é suficientemente clara** a ponto de não suscitar dúvidas, no afã do procedimento concorrencial do pregão, **acerca das especificações do objeto ofertado pelos licitantes**. Ademais deverá observar a complexidade das especificações não encetará insegurança ao adimplemento contratual pelos potenciais contratados em face da inexistência da habilitação prévia”. **Acórdão 1615/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator) GRIFO NOSSO**

O ilustre professor, mestre em Direito Administrativo, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (2007, pg. 122 e 123), nos ensina também que:

- “O órgão ou agente responsável por definir o objeto deve considerar o seguinte:
- É **dever** seu **zelar pela qualidade do produto** ou serviço”;





[...] GRIFO NOSSO.

Continua ilustrando que:

"Hoje, a Administração pode adquirir produtos exigindo especificação completa do bem de acordo com as regras de ergonomia, estabelecer testes laboratoriais por conta do contratado ou até mesmo exigir que o licitante apresente amostras do produto, garantindo-se ao licitante o direito à contraprova. Tudo em nome da qualidade"! (2007, pg. 562)

Assim, é DEVER da Administração definir o objeto, com riqueza de detalhes, desde que não frustrem o caráter da competição, suficientemente claro para que não encete dúvidas e para que possa fazer valer o dinheiro despendido na aquisição, atendendo assim a proposta mais vantajosa que não pode ser apenas sinônimo de menor preço, mas também de melhor qualidade. Com a devida vênia também a empresa PARANÁ, é dever também, inclusive previsto em lei (Artigo 31, inciso I, da Lei 8.666/93) a previsão do balanço patrimonial, afim de assegurar que a empresa tenha condições de se comprometer financeiramente com suas vendas e serviços perante o Município.

**4 - Quanto a impugnação da empresa XCMG (rolo compactador):** Demonstra-se totalmente infundada, pois o edital não direciona-se a apenas uma empresa, mas a requisitos mínimos de qualidade de máquinas que mais de uma licitante pode atender com facilidade. A própria licitante cita duas fabricantes (Caterpillar e Ammann) que, segundo a mesma, atenderiam ao edital, simultaneamente, e de modo complementar, podemos acrescentar os modelos das fabricantes Volvo (SD105) e Dynapac (CA250D) revendido pela Atlas Copco Brasil que também atendem plenamente ao edital. Agora já **temos quatro modelos somados aos citados pela ora impugnante deixando claro que o edital não está restrito a somente duas empresas.** Por óbvio, diferentemente do que acusa a empresa, algumas máquinas e modelos devem se encaixar no descritivo e, por óbvio, algumas características irão bater ou ser semelhantes, pois conforme explanação e julgados acima, é dever da Administração definir com clareza e caracterizar bem o seu objeto.

A licitante XCMG se apegua a apenas duas características essenciais que são a amplitude de vibração e quanto ao ângulo de articulação, questionando-os. Ora, novamente com todo o respeito, estamos tratando de uma máquina, com custo superior a trezentos mil reais, sendo inconcebível que não se descreva as características mínimas de operação





para que a Administração obtenha o resultado final pelo que se almeja com a compra da máquina. Conforme memorando supra referido, a SMOSP justifica as medidas solicitadas:

- Quanto ao ângulo de articulação, o mesmo trata-se de um item extremamente importante. Ele se deve ao fato de que esta inclinação possibilita um melhor desempenho de manobra, permite que trabalhe em várias condições de solo, com excelente flexibilidade/manobra operacional. A medida solicitada já é extremamente baixa, sendo que medidas menores transformariam a Máquina em um instrumento "queixo duro". Os ângulos de direção são definidos também para proporcionar uma boa direção, leve em manobra e facilidade para controlar o equipamento. Na manutenção da máquina, ao oferecer um giro maior, isso possibilita também acessar mais facilmente pontos de lubrificação do sistema de direção. Tudo isso se traduz em eficiência, praticidade e comodidade.
- Quanto a amplitude de vibração, torna-se mais essencial ainda, pois o sistema de vibração é um sistema acionado pelo motor que aciona o eixo excêntrico, que gera a vibração no cilindro. A alta e a baixa amplitude são determinadas pela direção de rotação do motor. Muitas marcas dispõem de sistemas opcionais de variação de amplitude. Em muitos medidores/analísadores de controle de compactação, é possível definir/determinar a amplitude alta/baixa no painel de controle. Máquinas com dupla frequência e dupla amplitude resultam em um excelente efeito de compactação. Além disso a ora impugnante conta com três máquinas (modelos) de amplitude superior ao solicitado que são o rolo (XS122BR), rolo (XS122PDBR) e (XS123BR), sendo inadmissível e desrespeitoso a imputação de direcionamento. Podemos citar também o rolo Volvo sd105 e Dynapac CA250D que atendem ao edital, além de outros dois solicitados pela licitante.

Em suma, a compactação é o preenchimento dos espaços (vazios) de uma camada, através do adensamento do solo, com aumento de capacidade de suporte para o mesmo. Se a compactação não for bem executada, todas as camadas construídas acima podem ser comprometidas com futuros afundamentos e deformações do subleito. Os rolos compactadores executam esse serviço. Desta forma, como comprar um equipamento para compactação, sem definir as capacidades operacionais do mesmo, principalmente a força, frequência e amplitude de compactação?

O sistema vibratório é acionado através do giro em alta velocidade de um peso excêntrico, localizado no eixo central do cilindro, cuja rotação faz com que o cilindro execute movimentos de subida e descida com impacto no solo. A altura que o cilindro atinge desde o solo é denominada Amplitude de Vibração, medido em milímetros conforme estabelecemos no anexo II do edital. A quantidade de impactos por segundo com que o cilindro golpeia o solo é chamado de Frequência de Vibração, medido em Hertz, também estabelecidos. Essas características elaboradas, são características mínimas para podermos obter um produto que realize o que desejamos. Sempre levando





em consideração que veículos com força, amplitude e frequências superiores são bem-vindos.

Por todo exposto, a Secretaria justifica a solicitação de ângulo e amplitude de compactação, bem como demonstra a existência de mais de dois modelos, nos dando a entender que não merece prosperar as alegações e insinuações da licitante XCMG.

**5 – Quanto a impugnação da empresa JMALUCELLI (Motoniveladora):** Também é desarrazoado, pois, assim como sua colega impugnante XCMG, insinua direcionamento, e que apenas duas marcas (Komatsu e Caterpillar) atenderiam ao edital, lote 01, no que tange a quantidade de Marchas, o que não é verdade. Novamente nos debatemos com outra licitante tentando enquadrar produto inferior ao solicitado, alegando direcionamento, injuriando a Administração. Existe uma gama crescente de máquinas no mercado que possuem 08 (oito) marchas a frente e 04 (quatro) marchas a ré, ou superior, já que, deixando bem claro, o edital solicita requisitos mínimos e não máximos. **Podemos citar também a motoniveladora da marca John Deere (modelo 670G em diante) e Volvo (modelo G930 em diante)** que atendem ao edital no quesito marchas, somando, novamente, quatro modelos. Questiona ainda as velocidades e o comprimento da máquina. Vejamos o que, novamente, a secretaria justifica quanto aos questionamentos:

- Quanto as marchas, devemos pensar nelas como uma escada, servem para facilitar a subida ou aumento de velocidade. Degraus mais próximos uns dos outros facilitam a “passada”, trabalho do motor, que não perderá rotação durante as trocas. Além disso, a maior quantidade de marchas possibilita economia de combustível. Fica evidente também o aumento de conforto na hora da operação. Quer você esteja trabalhando em aplicações de nivelamento fino a baixa velocidade ou limpando a elevada velocidade, a transmissão com maior número de velocidade é a escolha perfeita para a operação. A troca de mudança torna-se mais suave e a produtividade é maior. Ela proporciona mais velocidade em ambas as gamas de trabalho (frente e ré) e deslocamento. Um número maior de marchas é tendência no ramo. Quanto ao trabalho, o operador pode selecionar a marcha que mais economiza combustível para a tarefa que tem em mãos e o serviço é otimizado devido a sua ampla possibilidade de trocas.
- Quanto ao comprimento da máquina, as máquinas concorrentes (Komatsu, Caterpillar, John Deere e Volvo), possuem modelos com medidas iguais ou superiores a solicitada, pois precisamos de um maquinário compatível com os anseios e valores despendidos. Apenas para exemplificar, se a Administração precisasse comprar um veículo de quatro portas - por comodidade ou praticidade, devidamente justificado como está sendo - as fábricas que possuíssem veículos de apenas duas portas não poderiam alegar direcionamento ou ilegalidade da Administração, por tentar atender ao seus Anseios. Dentro de seu poder discricionário, a Administração pode e deve caracterizar o bem a ser adquirido. As licitantes preteridas por algum requisito, evidentemente essencial e não voluptuário, como é o caso (marchas, tamanho e velocidade), devem esperar a sua vez, quando surgir a compra ou necessidade nesse sentido, ou adaptarem-se.





O tamanho e o peso estão diretamente ligados ao maior reforço de sua estrutura. O tamanho e o peso da máquina também estão ligados à sua mobilidade, ou seja, quanto mais pesada a máquina, maior será a sua aderência e atrito dos pneus ao solo e, conseqüentemente, maior será a força de trabalho. Em contrapartida, quanto maior a máquina, maior é o consumo de combustível, necessitando, desta forma, um maior número de marchas para compensar o trabalho e consumo. Este antagonismo se completa, sendo extremamente necessário, caso contrário o custo hora/operacional da máquina se torna prejudicial.

Todas as marcas citadas, inclusive as que ficaram de fora, possuem vários modelos superiores e de diversas gamas que podem vir a se enquadrar no descritivo, confeccionado com requisitos mínimos, ficando prejudicada qualquer imputação de direcionamento. O tamanho da máquina influencia diretamente no peso operacional do veículo. O tamanho e o peso estão diretamente ligados ao maior reforço de sua estrutura. O tamanho e o peso da máquina também estão ligados à sua mobilidade.

- Quanto a velocidade, este ponto entra ao encontro da quantidade de marchas. É nítido que o Município não está pretendendo atingir velocidades extremas conforme interpretado pela ora licitante, mas em Máquinas com a potência mínima solicitada, bem como a quantidade de marchas, estas velocidades são facilmente alcançadas. Os quatro modelos citados, e seus modelos posteriores, alcançam. Nos preocupamos muito mais com a praticidade e rapidez da operação neste quesito do que com a velocidade propriamente dita (a velocidade é muito importante nas máquinas de países que sofrem com problema de neve, tornando-se, lá, item imprescindível, porém, aqui torna-se praticidade de operação).

A Secretaria nos demonstra no memorando que todas as marcas citadas atendem a velocidade, nesta entendida como praticidade/rapidez na operação, havendo, no mínimo, quatro marcas, sem falar em modelos, denotando que equivoca-se a impugnante.

**6 – Quanto a impugnação da empresa PARANÁ (Balanço Patrimonial):** Também não merece prosperar, pois trata-se de um item previsto em lei e de suma importância. O Balanço Patrimonial não é desarrazoado conforme imputa a licitante, desarrazoado é, sim, a sua tentativa de trocá-lo por exigências de patrimônio líquido ou capital social, mais garantia da proposta, enquanto a garantia do Artigo 56 da Lei 8.666/93 já está sendo exigida. Equivoca-se também a licitante ao imputar que, por ser de pronta entrega, o edital não necessitaria de exigência de balanço, pois além da garantia do efetivo cumprimento dos compromissos assumidos pela empresa, que interfere diretamente na forma e prazos de entrega do bem, o edital solicita contrato de manutenção preventiva de no mínimo 4.000h, além de garantia e assistência técnica de 12 meses, estendida por mais 12 meses, justificando-se, assim, a solicitação. Além de não ser desarrazoado, a





forma de solicitação de apresentação do Balanço Patrimonial, disposta em nosso edital, na maneira em que se encontra, advém de um período superior a 10 dez anos, sendo a primeira vez que encontra resistência nesse sentido.

Diferentemente do que alega a licitante, os índices do balanço estão devidamente justificados em nosso edital, logo após a sua apresentação, fielmente conforme determina a lei.

O que a empresa pode não ter notado e que, talvez, venha a contribuir com sua participação e demais interessados, é que os índices trabalham com apenas uma casa após a vírgula, ou seja,  $LC = 0,8$ ,  $LG = 0,8$  e  $SG = 1,2$ . Desta forma, qualquer resultado da aplicação dos cálculos acima de 0,75 no  $LC/LG$  e qualquer valor acima de 1,15 no  $SG$ , postos em qualquer planilha de cálculo como o Excel, viram, respectivamente 0,8 e 1,2, sendo este o entendimento da Comissão referente a essa situação, porém, sua flexibilização abaixo disso, pode tornar delicada e periclitante a contratação, além de nunca ter ocorrido.

Gostaríamos de salientar que o  $LC$  refere-se a direitos e despesas de curto prazo e o  $LG$  as de longo prazo. O ideal seria que a licitante tivesse resultado um por um, ou superior, ou seja, a quantidade de despesas ou dívidas seria igual ou inferior as suas receitas. Indicaria que a mesma possui folga para cumprir com suas obrigações. Solicitamos índice abaixo de um por um, ou seja, com margem aquém do ideal, porém ainda salutar. Já o  $SG$  demonstra a Solvência real da empresa, descontados empréstimos, cauções, etc., demonstra a capacidade de pagamento, sendo que, quanto maior, melhor. Tudo isso está explicado e justificado no referido 4.3 II do edital. Lembramos ainda que a licitante pode atender apenas dois dos três índices solicitados, como forma de facilitar e ampliar a participação das licitantes.

Desta forma, consoante o exposto, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do edital, na maneira em que foi descrito, pois a Secretaria, no seu **Memorando nº 047/2017**, justificou todos os requisitos apontados, explicando o porquê de sua existência e, ainda, para cada um dos lotes (motoniveladora e rolo compactador) existem, pelo menos, quatro





marcas para cada Máquina, existindo, no mínimo, mais de seis modelos, atendendo, desta forma, a todos os princípios Administrativos, principalmente o da isonomia e proposta mais vantajosa. Nesse sentido o professor, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (2007, pg. 122 e 123), contribui:

*“Não pode haver licitação, nem mesmo isonomia, quando a Administração Pública **não define com clareza o objeto pretendido**”. GRIFO NOSSO*

Até o Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca de previsão de Marcas como forma de parâmetro para adquirir objetos de qualidade:

*“Abstenha-se de indicar marca ou fabricante dos materiais a serem adquiridos, em cumprimento ao disposto no art. 15, § 7º e no art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, **exceto se sua indicação servir como parâmetro de qualidade e facilitar a descrição do objeto e desde que seguida**, por exemplo, das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “**ou de melhor qualidade**”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração. Acrescente aos editais, na hipótese de indicação de marca ou fabricante dos materiais a serem adquiridos, cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame, demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital. **Acórdão 2300/2007 Plenário. GRIFO NOSSO***

e, ainda:

*“Há ainda que se ponderar, no presente caso, a aceitabilidade da indicação da marca como referência de qualidade do material a ser adquirido, com a respectiva menção expressa dos termos “ou similar”, “ou equivalente”, “ou de **melhor qualidade**”, fato já incorporado à jurisprudência desta Corte de Contas. **Acórdão 2300/2007 Plenário (Voto do Ministro Relator) GRIFO NOSSO***

No caso em tela, não foi apresentado marca, em nenhum momento, mas houve, sim, a correta descrição como referência de qualidade do equipamento a ser adquirido, fato que nos deixou estupefatos com a contundente arguição de direcionamento que, como provado, não houve.

O pregão não impõe a renúncia à qualidade, ainda que seja uma modalidade licitatória do tipo MENOR PREÇO. Nesse diapasão, é oportuno fazer uso da expressão “MELHOR PREÇO”, cujo significado contextualizado encontramos em excerto do TCU (Manual de Licitações & Contratos – Orientações Jurisprudência do TCU 4ª ed., 2010., p. 109.):





Menor preço não é justificativa para compra de produtos de baixa qualidade. Deve a Administração, em busca do melhor preço, verificar se as propostas estão de acordo com as especificações do ato convocatório, amostras ou protótipos exigidos".  
Melhor preço não é tipo de licitação. É terminologia normalmente utilizada para definir o tipo menor preço **conjugado com os fatores qualidade, durabilidade, funcionalidade, desempenho, dentre outros**. (GRIFO NOSSO)

Nesse mesmo sentido, o princípio do justo preço, previsto no dispositivo já citado, indica que o que se deve buscar é o melhor menor preço, ou, em outras palavras, o menor preço dentre aqueles que cumpram às especificações pretendidas e sejam os produtos dotados da qualidade imprescindível que atenda a necessidade do órgão promotor do certame.

"Isso significa que o pregão é necessariamente orientado a selecionar a melhor proposta", ensina Justen Filho (2009, p.10), "o que envolve uma avaliação de qualidade mínima do objeto. Lembre-se que as licitações de menor preço não excluem exigências de qualidade mínima. Aliás, muito pelo contrário, é inafastável que o Edital estabeleça os requisitos de qualidade mínima, sob pena de nulidade insanável".

Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberação acerca do parecer da Comissão quanto ao prosseguimento consoante as justificativas da Secretaria Municipal de Obras, na pessoa de seu Secretário responsável, ou alteração. A íntegra desta ata encontrar-se-á disponível no site do Município, pelo endereço **www.vacaria.rs.gov.br**. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão.

*Acolho o parecer da Comissão*  
*Amadeu de AB*

**Amadeu de Almeida Boeira**  
**Prefeito Municipal**





MUNICÍPIO DE VACARIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Memorando 047/2017

Vacaria 17 de março de 2017.

DA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Encaminhamos a resposta ao Setor de Licitações, referente as impugnações. Salientamos que os mesmos estão equivocados, sendo que há, pelo menos, quatro marcas para rolo compactador e quatro marcas para motoniveladora que atendem ao edital. Segue abaixo a justificativa do porquê da solicitação de cada item impugnado:

ROLO COMPACTADOR impugnação XCMG:

- Quanto ao ângulo de articulação, o mesmo trata-se de um item extremamente importante. Ele se deve ao fato de que esta inclinação possibilita um melhor desempenho de manobra, permite que trabalhe em várias condições de solo, com excelente flexibilidade/manobra operacional. A medida solicitada já é extremamente baixa, sendo que medidas menores transformariam a Máquina em um instrumento "queixo duro". Os ângulos de direção são definidos também para proporcionar uma boa direção, leve em manobra e facilidade para controlar o equipamento. Na manutenção da máquina, ao oferecer um giro maior, isso possibilita também acessar mais facilmente pontos de lubrificação do sistema de direção. Tudo isso se traduz em eficiência, praticidade e comodidade.
- Quanto a amplitude de vibração, torna-se mais essencial ainda, pois o sistema de vibração é um sistema acionado pelo motor que aciona o eixo excêntrico, que gera a vibração no cilindro. A alta e a baixa amplitude são determinadas pela direção de rotação do motor. Muitas marcas dispõem de sistemas opcionais de variação de amplitude. Em muitos medidores/analísadores de controle de compactação, é possível definir/determinar a amplitude alta/baixa no painel de controle. Máquinas com dupla frequência e dupla amplitude resultam em um excelente efeito de compactação. Além disso a ora impugnante conta com três máquinas (modelos) de amplitude superior ao solicitado que são o rolo (XS122BR), rolo (XS122PDBR) e (XS123BR), sendo inadmissível e desrespeitoso a imputação de direcionamento. Podemos citar também o rolo Volvo sd105 e Dynapac CA250D que atendem ao edital, além dos outros dois solicitados pela licitante.
- MOTONIVELADORA, impugnação JMALUCCELLI
- Quanto as marchas, devemos pensar nelas como uma escada, servem para facilitar a subida ou aumento de velocidade. Degraus mais próximos uns dos outros facilitam a "passada", trabalho do motor, que não perderá rotação durante as trocas. Além disso, a maior quantidade de marchas possibilita economia de combustível. Fica evidente também o aumento de conforto na hora da operação. Quer você esteja trabalhando em aplicações de nivelamento fino a baixa velocidade ou limpando a elevada velocidade, a transmissão com maior número de velocidade é a escolha perfeita para a operação. A troca de mudança





torna-se mais suave e a produtividade é maior. Ela proporciona mais velocidade em ambas as gamas de trabalho (frente e ré) e deslocamento. Um número maior de marchas é tendência no ramo. Quanto ao trabalho, o operador pode selecionar a marcha que mais economiza combustível para a tarefa que tem em mãos e o serviço é otimizado devido a sua ampla possibilidade de trocas.

- Quanto ao comprimento da máquina, as máquinas concorrentes (Komatsu, Caterpillar, John Deere e Volvo), possuem modelos com medidas iguais ou superiores a solicitada, pois precisamos de um maquinário compatível com os anseios e valores despendidos. Apenas para exemplificar, se a Administração precisasse comprar um veículo de quatro portas - por comodidade ou praticidade, devidamente justificado como está sendo - as fábricas que possuíssem veículos de apenas duas portas não poderiam alegar direcionamento ou ilegalidade da Administração, por tentar atender ao seus Anseios. Dentro de seu poder discricionário, a Administração pode e deve caracterizar o bem a ser adquirido. As licitantes preteridas por algum requisito, evidentemente essencial e não voluptuário, como é o caso (marchas, tamanho e velocidade), devem esperar a sua vez, quando surgir a compra ou necessidade nesse sentido, ou adaptarem-se.

O tamanho e o peso estão diretamente ligados ao maior reforço de sua estrutura. O tamanho e o peso da máquina também estão ligados à sua mobilidade, ou seja, quanto mais pesada a máquina, maior será a sua aderência e atrito dos pneus ao solo e, consequentemente, maior será a força de trabalho. Em contrapartida, quanto maior a máquina, maior é o consumo de combustível, necessitando, desta forma, um maior número de marchas para compensar o trabalho e consumo. Este antagonismo se completa, sendo extremamente necessário, caso contrário o custo hora/operacional da máquina se torna prejudicial.

- Quanto a velocidade, este ponto entra de encontro com a quantidade de marchas. É nítido que o Município não está pretendendo atingir velocidades extremas conforme interpretado pela ora licitante, mas em Máquinas com a potência mínima solicitada, bem como a quantidade de marchas, estas velocidades são facilmente alcançadas. Os quatro modelos citados, e seus modelos posteriores, alcançam. Nos preocupamos muito mais com a praticidade e rapidez da operação neste quesito do que com a velocidade propriamente dita (a velocidade é muito importante nas máquinas de países que sofrem com problema de neve, tornando-se, lá, item imprescindível, porém, aqui torna-se praticidade de operação).

*Antonio C.S. Almeida*  
ANTÔNIO CARLOS SOARES DE ALMEIDA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS